

O associativismo na reestruturação vitivinícola : Alguns aspectos do caso português

Oliveira R.D., Pereira Gaspar D.

La vigne et le vin

Paris : CIHEAM
Options Méditerranéennes; n. 12

1972
pages 51-53

Article available on line / Article disponible en ligne à l'adresse :

<http://om.ciheam.org/article.php?IDPDF=CI01.0445>

To cite this article / Pour citer cet article

Oliveira R.D., Pereira Gaspar D. **O associativismo na reestruturação vitivinícola : Alguns aspectos do caso português.** *La vigne et le vin.* Paris : CIHEAM, 1972. p. 51-53 (Options Méditerranéennes; n. 12)



<http://www.ciheam.org/>
<http://om.ciheam.org/>

Rogério de OLIVEIRA
Domingos PEREIRA GASPAR

O associativismo na reestruturação vitivinícola

Alguns aspectos do caso português

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO

O interesse que as velhas civilizações do Mediterrâneo sempre manifestaram pelo vinho não deixou de se manter e expandir através dos tempos, como efeito natural de um conjunto de circunstâncias ecológicas que tornam aquela zona particularmente adequada à videira e do hábito adquirido no consumo de uma bebida que se revelou a mais perfeita acompanhante das refeições. A orla mediterrânica setentrional foi assim, sem dúvida, o principal centro de irradiação da cultura da vinha, não só para outrosspontos da Europa como para diversas regiões do Globo possuidoras de condições ambientais propícias.

Dessa expansão resultou que a vinha se cultiva hoje pelas cinco partes do Mundo, orientada quer para obtenção de vinho quer para a produção de uva de mesa, passas, sumos, etc.

Todavia, é ainda a Europa que, de longe, detém a maior parte da área mundial de vinha — 7,4 milhões de hectares, ou seja cerca de 75 % de uma superfície plantada global de 9,9 milhões de hectares — sendo de notar que se destina em esmagadora percentagem, mais de 90 %, à produção de uva para vinificação que origina um volume total de cerca de 240 milhões de hectolitros, ou seja 80 % da colheita mundial. E não só pela quantidade como pela qualidade a Europa ocupa lugar de primazia, já que produz os mais famosos e requintados vinhos do mundo, numa gama que comporta os mais variados tipos.

No contexto europeu, Portugal situa-se em 5º lugar quanto ao volume da produção, após a França, Itália, Espanha e União Soviética. No plano mundial ocupa a 6ª. posição, pois dos restantes produtores apenas a Argentina se lhe avantajava.

Admite-se que a introdução da videira no território que constitui o Portugal europeu de hoje remonte à época da civilização grega, nos séculos VII e VI A.C. Com a dominação romana da Península Ibérica mais a cultura da vinha se radicou e expandiu e, desde a fundação da nacionalidade portuguesa no século XII da era cristã, nunca deixou de ocupar lugar notável na economia do País, mercê de condições geo-agrológicas e climáticas reconhecidamente propícias à obtenção de bons vinhos, alguns dos quais de características ímpares no mundo.

Presentemente, o vinhedo português ocupa uma área oficialmente computada em 350 000 ha, o que representa cerca de 7 % da área agrícola e 3,9 % da área total de Portugal Continental Europeu. Esta ocupação de território traduz uma forte densidade vitícola — refira-se, a título comparativo, que a relação área da vinha/área total, que como se referiu é de 3,9 % para Portugal, é de 2,4 % para a França, 3,3 % para a Espanha e 5,1 % para a Itália.

A quase totalidade das uvas produzidas — 94 % — destinam-se à vinificação, cifrando-se a colheita média anual de vinho em cerca de 11 380 000 hl (média do decénio 1961/70). Quanto à uva de mesa, não atinge, por enquanto, os 5 % do total, a que se destina a outros fins (passas, sumos, etc.) em pouce excede 1 %.

A contribuição dos produtos da vinha para a formação do Produto Agrícola Bruto ultrapassa os 12 %, situando-se ao nível das mais importantes (cereais cerca de 13 %, produtos florestais 15 %, carne 21 %).

O estabelecimento, renovação e granjeio dos vinhedos e a transformação das uvas em vinho, absorvem anualmente uma mão de obra equivalente à capacidade de trabalho de cerca de 200 000 trabalhadores rurais, o que corresponde a 15 % da população activa agrícola e 6 % da população activa total.

Por outro lado, pode admitir-se que mais de 1 milhão de pessoas, ou seja mais de 10 % da população total do Portugal europeu, directa ou indirectamente tiram da vinha e do vinho a totalidade ou parte dos seus réditos.

Quer dizer, a vinha acusa uma importância sócio-económica notável, dado o valor dos seus produtos e a fixação do homem à terra que sempre proporcionou até ao momento em que a sedução da emigração para zonas industrializadas, quer dentro do País quer para o estrangeiro passou a originar uma escassez de mão de obra rural que veio fazer ressaltar as deficiências estruturais de uma viticultura a que os pergaminhos de antiguidade e a qualidade intrínseca de tantos dos seus vinhos conferem certamente nobreza mas também dificuldades de adaptação aos métodos de cultura actuais, particularmente no que se refere à mecanização.

Há, pois, que preservar a qualidade, incentivá-la, defendê-la mas, simultaneamente, produzir ao mais baixo custo



pssível, dentro do condicionalismo actual e da necessidade de competir, no mercado interno como nos externos.

A diversidade de condições geográficas originou toda uma gama de vinhos dos mais diversos tipos, desde os Vinhos Verdes, de leveza e frescura inconfundíveis, aos magníficos vinhos maduros do Dão, ao incomparável Vinho do Porto e ao vinho da Madeira de tão peculiares características — isto para referir apenas alguns dos internacionalmente mais reputados.

As regiões demarcadas, produtoras de vinhos com direito a denominação de origem, produzem cerca de 40 % da colheita total do País, sendo de notar que na restante área vitícola se obtém muitos vinhos de excelente qualidade justificativa de demarcação. Estão em curso trabalhos nesse sentido, traduzindo uma forma básica de promoção da qualidade através da defesa dos vinhos típicos e da manutenção quando não melhoria, das suas características, pela disciplina da produção e aperfeiçoamento técnico da cultura e vinificação.

A vinha localiza-se predominantemente a norte do Tejo, sem que todavia isso signifique que a Sul daquele rio não se encontrem boas condições para a cultura, mesmo para além daquelas em que já prospera. Razões não só ambientais, definindo ao longo dos séculos a vocação vitícola das diversas regiões, mas também outras, históricas e tradicionais, terão conduzido à distribuição actual.

Cultivada em forma alta na região dos Vinhos Verdes e em algumas zonas do Centro Oeste e em forma baixa na maior parte do País, a vinha localiza-se preferentemente nas encostas, estimando-se que esta situação corresponda a 70 % do total.

O povoamento vitícola distribui-se por cerca de 300 000 explorações sendo largamente predominantes as de pequena dimensão. Com efeito, pode afirmar-se que cerca de 50 % da produção provém de viticultores que não excedem individualmente os 100 hl e que representam mais de 90 % do número total de produtores.

Tal situação, aliada em muitos casos à dispersão das parcelas cultivadas com vinha, constitui, sem dúvida, o aspecto mais grave e de mais difícil resolução do problema das estruturas vitícolas, na medida em que se confunde com o da estrutura fundiária em geral, de correcção forçosamente complexa e morosa, quando possível, e em que dificulta notavelmente a actualização dos vinhedos quanto à sua sistematização, formas de condução e demais aspectos a ter em conta para a mecanização da cultura, considerada como condição « sine qua non » de sobrevivência e de progresso.

Esta é pois a opção fundamental que se põe, de resto bem compreendida pelos grandes e até por muitos médios viticultores, que vêm procedendo à reconversão das suas vinhas em ordem a possibilitar a aplicação das técnicas culturais mais modernas, susceptíveis de obviar à falta de mão de obra e de proporcionar custos de produção concorrenciais.

Relativamente aos pequenos produtores, tal reconversão é manifestamente mais difícil, pelas razões óbvias já sumaria-

mente referidas. Assim, o associativismo apresenta-se, não como uma panaceia, é evidente e seria perigoso considerá-lo como tal, mas como fórmula altamente valiosa aplicável em muitos casos e que, felizmente, vai já merecendo o interesse de numerosos agricultores que compreendem a inviabilidade da miniempresa.

No caso da exploração vitícola, o associativismo — sob a forma de agricultura do grupo ou qualquer outra — que vise o granjeir em comum de parcelas cultivadas por vários pequenos produtores, luta desde logo com as dificuldades derivadas do carácter temporário da cultura, do elevado custo de estabelecimento, da existência de um período inicial não produtivo, exigindo particulares facilidades de crédito para além da indispensável orientação e apoio técnico.

Na medida em que seja possível fomentar a expansão da fórmula associativa na produção vitícola estará facilitada a reconversão técnico-económica do povoamento vitícola, pelo recurso que poderá fazer-se a uma conveniente sistematização dos vinhedos, à utilização das castas e porta-enxertos mais adequados, ao emprego de meios culturais actualizados e capazes de assegurar a rentabilidade necessária.

Se, por razões de ordem sócio-económica, as associações de viticultores para exploração em comum das suas vinhas ensaia ainda os primeiros passos, já ao nível da transformação, por serem de menor melindre os problemas a resolver e menores também as dificuldades técnicas a vencer, tem sido mais fácil promover a aglutinação dos produtores, neste caso sob a forma de cooperativas vinícolas.

ESTRUTURAS NA TRANSFORMAÇÃO ; AS ADEGAS COOPERATIVAS E SUAS UNIÕES

As soluções cooperativas na vitivinicultura portuguesa remontam a 1892. Por decreto com força de lei de 30 de Setembro dessa ano, foi dada forma jurídica às cooperativas de vitivinicultores « com o fim de desenvolver entre eles o espírito de associação e promover a unificação dos processos de fabrico e dos tipos de vinho de pasto nas regi es vinícolas di País, tornando-as mais comerciais ».

Uma longa e feliz caminhada no desenvolvimento do cooperativismo vinícola se processou entretanto, entre nós, nestes 80 anos!

No final de 1951 existiam em pleno funcionamento 15 adegas cooperativas, laborando 120 000 hl de vinho de 2 400 viticultores associados.

É contudo a partir de 1952 que mais e mais se intensifica o fomento do cooperativismo vinícola fruto de um cuidadoso estudo de planificação da rede de adegas cooperativas para a área de influencia da Junta Nacional do Vinho (J.N.V.).

Este Plano previa a construção de 141 instalações tecnológicas (adegas cooperativas), cobrindo uma área de 150 mil hectares de vinha.

O desenvolvimento no tempo de cada uma das adegas far-se-ia em 3 fases de acordo com as 3 vagas de aderentes que sociologicamente se aceita como normal para qualquer inovação, obtendo-se, consequentemente, de algum modo, uma repartição mais justa dos encargos fixos pelos diversos associados, para além de uma maior rendabilidade dos capitais imobilizados em cada uma das 3 fases.

— a capacidade média por adega na fase final que inicialmente se previra da ordem dos 27 500 hl, subiria para 42 500 hl num futuro próximo.

A evolução verificada em todos os domínios da actividade humana e daí também na estrutura da produção vitivinícola assim como na generalidade das infraestruturas rurais, nomeadamente *volumes de produção* que aumentaram sub-

Situação actual

O interesse pelo cooperativismo vinícola não deixa de crescer. Os viticultores com produções iguais ou superiores a 2 500 hl têm vindo a aderir significativamente ao movimento cooperativo vinícola; em consequência têm vindo a ser construídas novas adegas e têm sido ampliadas muitas das já existentes, de modo que o seu número se eleva a 112 em laboração com uma capacidade útil de 3 225 000 hl, agregando aproximadamente 30 000 associados. A importância da sua posição na economia do sector pode referenciar-se pelos índices seguintes: cerca de 10 % dos viticultores do continente são associados das adegas cooperativas; a capacidade total das adegas cooperativas é de 30 % da produção média anual.

É importante salientar ainda o interesse que as adegas cooperativas estão a manifestar pela sua integração em cooperativas de 2º grau, as unioes. Encontram-se em plena actividade as Unioes das Adegas Cooperativas do Dão, da Região dos Vinhos Verdes, da Estremadura e do Douro. Outras se encontram na fase de organização. Espera-se que as unioes venham conferir maior força económica ao cooperativismo vinícola e, nesse sentido muitos são os estímulos, senões e outros apoios dados pelo Estado.

A vitivinicultura ocupa lugar de relevo na economia agrícola portuguesa. Conscientes desta realidade, os viticultores e o Estado vêm fazendo um esforço notável de modernização das estruturas de produção, transformação e comercialização dos produtos vînicos, particularmente do vinho. A via cooperativa tem constituído uma das soluções mais valiosas. A reconversão dos vinhedos, escolha das castas, adaptação das empresas vitícolas ás exigências do progresso, cobertura do território por uma eficiente rede de adegas cooperativas e suas unioes, medidas eficazes na comercialização e muitas outras medidas de política vitivinícola já tomadas, têm conduzido a uma expansão progressiva dos mercados de consumo do vinho português. A qualidade intrínseca do vinho português e a política de defesa intransigente dessa qualidade não são, concerteza, estranhas ao êxito alcançado.

Evolução por fases (previsão do Plano)

Fases	Potenciais interessados no cooperativismo vinícola		Totais das áreas de influência		Capacidade total das instalações (hl)
	Produtores	Produção (hl)	Produtores	Produção (hl)	
Fase inicial . .	58 500	1 050 000	184 000	5 530 000	1 400 000
Fase intermédia	116 000	2 100 000	184 000	5 530 000	2 800 000
Fase final . .	143 000	3 900 000	184 000	5 530 000	5 185 000

De acordo com esta previsão a curto e a médio prazos, a adesão dos viticultores ao cooperativismo, conforme o volume das suas produções, processar-se-ia, em percentagem por escalões, do seguinte modo:

Produtores até 25 hl	90 %
25 a 50 hl	75 %
50 a 100 hl	50 %
100 a 250 hl	25 %
250 a 500 hl	10 %

Supunha-se que, com produções acima de 500 hl, os viticultores já não estariam interessados em aderir, dado que já dispunham de instalações enológicas razoáveis.

Em sequência ao Plano elaborado para a área de influência da Junta Nacional do Vinho, logo as diversas regiões demarcadas (Vinhos Verdes, Douro, Dão, Moscatel de Setúbal...) providenciaram no estudo de planos similares para as suas respectivas áreas, os quais, aprovados pelas autoridades competentes, têm vindo a ser eficientemente executados.

Primeira actualização do Plano da Rde de Adgas Cooperativas da área da J.N.V. (1967)

Decorridos cerca de quinze anos após a entrada em execução do Plano inicial, pareceu oportuno fazer o balanço do que fora realizado e ajustar para as novas condições os projectos das adegas futuras.

Para as 141 adegas previstas (área da J.N.V.) que na fase intermédia — 15 mil hectolitros, em média, por unidade tecnológica — totalizariam 2 100 000 hl, a situação era naquela data, a seguinte:

— estavam em plena laboração 51 adegas com uma capacidade total de 20 500 000 hl, isto é, no que se refere ao seu número, estavam construídas 36 % das inicialmente programadas, tendo-se, contudo, atingido praticamente a capacidade global prevista;

stancialmente, *meios de transporte* que se motomecanizaram, *espírito cooperativo* que gradualmente se foi desenvolvendo, a própria *tecnologia vinícola* tendendo sempre para maior automatização, e, fundamentalmente, as *axigências de carácter económico* (rendabilidade dos factores), conduziu à necessidade de revisão das premissas em que assentou a concepção do Plano inicial.

Desta revisão resultaram, basicamente, as seguintes recomendações:

— prever a entrada nas adegas cooperativas, de viticultores com produções médias acima de 500 hl e até 2 500 hl;

— quanto aos produtores com menos de 25 hl, considerou-se que sómente 50 % do seu número viria a mostrar interesse no cooperativismo vinícola, consequentemente quer do proposto alargamento das áreas de influência de cada uma das adegas e daí maior distância média dos vinhedos à adega, quer do abandono da cultura verificado nos produtores muito pequenos, quer ainda do aumento do autoconsumo do vinho nas pequenas empresas agrícolas familiares;

— a melhoria dos meios de transporte — generalização progressiva da motomecanização — e das vias de acesso, conduziram a admitir-se mais vastas áreas de influência para as adegas, sendo de admitir ainda a influência de uvas provenientes de vinhas situadas até 50 quilómetros de distância máxima;

— este alargamento das áreas de influência conduziria à eliminação de algumas pequenas adegas inicialmente previstas, especialmente em regiões de média densidade vitícola. Seriam desta maneira eliminadas 50 unidades que faziam parte do Plano inicial; por outro lado parecia oportuno prever a instalação de 5 novas adegas em regiões até ao momento não consideradas;

— a capacidade mínima de 2 500 hl por adega exigida para aprovação, passaria para 30 000 hl. Quanto à capacidade máxima não seria fixado qualquer limite.

